A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

23 a 29 de agosto de 1992. nº 52

MOÇAMBIQUE: Começa o julgamento dos envolvidos no suposto golpe de 1991.

Teve início em Maputo o julgamento de Sebastião Marcos Mabote, ex-gerrilheiro e vice-ministro da Defesa até 1986, acusado de tomar parte na conspiração supostamente liderada por dois irmãos do falecido presidente Samora Machel, e que objetivaria a renúncia do atual presidente Joaquim Chissano, prevendo ainda o fuzilamento de diversos militares (entre os quais o ministro da Defesa, Alberto Chipande). Não parece certo, todavia, que a participação de Marcos Mabote no complô possa ser confirmada, na ausência de provas; segundo Teresa Lima, correspondente do Público em MAPUTO, isto "fez crescer a perplexidade dos moçambicanos", uma vez que, sendo possível questionar senão a veracidade da conspiração, pelo menos sua dimensão (e a participação de Mabote), é consequentemente possível questionar o sentido da depuração então ocorrida.

Enquanto isto se passa em Maputo, prossegue o drama da população moçambicana, afetada por uma guerra cujo fim ainda não é certo, como afirmam diferentes analistas; mantem-se o êxodo da população rural em direção a outras áreas, urbanas e também rurais no país, e ainda para o exterior. Assume uma dimensão gravíssima a situação presente quando se tem em mente a tragédia de toda uma geração de crianças e adolescentes, transformados, como ressalta Lawrence Bartlett, no Público, em "vítimas e instrumentos da guerra civil". (pp.5-11)

NESTA EDIÇÃO:

Instituição de uma nova organização internacional na África Austral. p.01

Mário Mesquita escreve sobre a viagem do secretário-geral do PS a Luanda. p.02

O drama das crianças moçambicanas. p.06

Declaração conjunta de Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama sobre o processo de paz em Moçambique. p.07

ANGOLA: UNITA apresenta novas alianças.

A grande novidade em Luanda, após os conflitos no Huambo e no Malanje, foi a notícia de que a UNITA formalizou uma aliança com 3 pequenos partidos que haviam apresentado candidatura própria para concorrer as eleições de setembro. Mfulimpinga Lando Victor do Partido Democráti-

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

co para o Progresso e da Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA), André Kilandamoko do Partido Social Democrata de Angola (PSDA) e Paulino Pinto João da Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA) deixaram clara a intenção de retirar suas candidaturas em apoio a de Jonas Savimbi, o que consideram uma forma de garantir a vitória da oposição genuína.

O importante é atentarmos para a mudança de estratégia política da UNITA, que até bem pouco tempo declarava que não faria coligações visando as eleições de setembro, e que seu objetivo era vencer as presidências sem ter que repartir o futuro governo. Essa alteração na estratégia, através da formação de alianças, torna evidente a reflexão feita pelo partido nesse período pré-eleitoral, o que certamente produziu o fim do discurso anterior pautado na arrogância e no isolamento. A intensificação da campanha demonstrou à UNITA que ela não poderia permanecer estática contando apenas com seus votos regionalmente localizados , enquanto seu maior adversário, o MPLA, aglutinava forças em torno de uma grande máquina eleitoral. Mais do que a influência ou o peso desses 3 pequenos partidos o fator fundamental desta mudança de estratégia da UNITA é a abertura à novas coligações que este fato proporciona. (p. 02 a 05)

ÁFRICA DO SUL: Os avanços ainda colidem com as discórdias.

Finalmente, parece começar a surtir efeito os fatos políticos (greves, passeatas, comícios) produzidos pelo ANC, sindicatos, partido comunista e demais forças de apoio por um governo não-racial, assim como a reinserção da opinião pública mundial na questão sul-africana. Há sinais de significativos avanços.

O governo sul-africano aceitou recente decisão do Conselho de Segurança da ONU, que enviará observadores permanentes com o objetivo de investigar o funcionamento e as atividades do Exército, da polícia e das demais organizações armadas. A questão dos presos políticos também não será esquecida. Com isso, procurar-se-á avançar sobre a difícil tarefa de conter os diversos e espinhosos canteiros de violência cultivados pelo Estado e pela sociedade.

Sem dúvida, o controle das correntes de violência é uma questão central. Mas, por outro lado, as partes parecem permanecer em desacordo sobre questões cruciais. O presidente De Klerk insiste em propor a instituição de fortes governos regionais, opondo-se assim à proposta do ANC que reforça o poder de decisão de um governo nacional. Apesar dos necessários avanços muitas reivindicações conflituosas deixam ainda em suspenso o rumo das negociações. (p.12)

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 18 AGOSTO 1992

Nova comunidade em África

OS DIRIGENTES de dez países africanos assinaram ontem um tratado que institui a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, um organismo que visa proteger os interesses da região face à expansão económica da África do Sul pós-"apartheid". O tratado foi assinado ontem, em Windhoek. Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe são os países signatários. ■

PÚBLICO 21 AGOSTO 1992

Fretilin quer apoio dos PALOP

A FRETILIN pediu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português que pressione os governos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a defender os interesses de Timor-Leste na próxima cimeira dos países não-alinhados, marcada para o próximo mês de Setembro na Indonésia.

Segundo Abílio Araújo, líder da Fretilin, os PALOP deverão defender a necessidade do diálogo entre Portugal e a Indonésia, com a participação de timorenses. A Fretilin afirma estar a contactar directamente as diplomacias dos cinco países de língua oficial portuguesa com o objectivo de estes tentarem que também outros países africanos se refiram à questão de Timor-Leste durante a cimeira. Esta ofensiva diplomática foi, segundo Abílio Araújo, concertada com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e resultou de um encontro em S. Tomé e Príncipe entre o Presidente Miguel Trovoada e Mari Alkatiri, outro dirigente da Fretilin. ■

EXPRESSO, Sábado, 22 Agosto 1992

TABAQUEIRA está a exportar a um ritmo superior a 20 por cento ao ano, englobando o fabrico sob licença no exterior e a exportação directa. O conjunto de marcas da empresa representam mesmo o principal produto importado deste tipo, em países como a Guiné, Angola e Cabo Verde. As marcas preferidas no mercado externo são o SG Gigante e o SG Lights. Ao nível da Comunidade Europeia, os principais mercados da Tabaqueira são a Espanha e França.

Folha de São Paulo, 23 /8 /1992

Editoria de Arte/Folha Imagem

A SECA NA ÁFRICA

Total de pessoas ameaçadas de inanição

País	Sob risco



Crise afeta outros países

De Madri

É possível que a crise na Somália acabe por ter um efeito positivo para o resto dos países africanos, em especial aqueles que compartilham os mesmos tipos de problemas: seca mais guerras civis (em andamento ou recém-encerradas) mais a miséria habitual.

Até agora, o mundo rico ignorara a fábrica de miséria que é a África. O drama somali lança luz sobre situações que são parecidas, ainda que sem a dramaticidade dos eventos na Somália.

Mas o número de refugiados produzido pela combinação entre a maior seca do século (que afeta, em especial, o sul do continente) e conflitos armados é imenso também em outros países. Só em Moçambique, antiga colônia portuguesa, 1,5 milhão de pessoas fugiram do país e, dentro dele, há ainda 3,5 milhões de deslocados.

A guerra civil na Libéria, que também legou um estado de desorganização parecido ao da Somália, deixou 700 mil refugiados. Em Serra Leoa, eles são 90 mil e, em Angola, cerca de 300 mil.

A grande diferença entre o destino dessas pessoas e o drama dos refugiados da Ex-Jugoslávia está dada pela geografia. Croatas, sérvios e muçulmanos da Bósnia, quando fogem, dirigem-se a países como Alemanha, Áustria, Itália. Os da Somália fogem, por exemplo, para o Quênia, que está longe de ser um país equipado para atender refugiados ou, mesmo, sua própria população.

Basta dizer que, em março, apenas um mês depois da queda de Siad Barre na Somália e da eclosão da guerra civil, o presidente queniano Daniel Arap Moi proibiu manifestações políticas.

Chega a ser uma ironia que o Quênia, ele próprio partido pelas disputas entre ao menos 40 etnias diferentes, dê abrigo às vítimas de um conflito essencialmente tribal.

Soluções para esses problemas? Nenhuma à vista, até porque "é inexplicável que os países ricos desembolsem milhões de dólares para financiar armamentos e poucos estejam interessados em financiar operações de paz", como diz Nicolas Bwakira, do escritório para a África do Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

O não-acontecimento de Luanda

Mário Mesquita

1. A "estória" da "viagem de informação" efectuada por António Guterres a Angola ultrapassa tudo o que a imaginação possa conceber.

A UNITA cancelou a entrevista com Savimbi porque o PS teria, alegadamente, celebrado protocolos de cooperação e assistência técnica com vista à preparação da campanha eleitoral do MPLA. Os socialistas desmentem. Mas sabe-se que, do lado da UNITA, existem outras razões de queixa, que se prendem com declarações de João Soares acerca de violações de direitos humanos pelo movimento com sede na Jamba.

A entrevista com José Eduardo dos Santos não se teria efectuado por alegada "descoordenação entre os serviços do MPLA e o protocolo da Presidência". A realização de um conselho de ministros, acerca de acidentes ocorridos em Malanje, teria impossibilitado a audiência com António Guterres.

Oficialmente, o PS encarou de forma distinta as duas situações: acusou a UNITA de "quebra ética", mas aceitou as "desculpas formais" apresentadas pelo MPLA.

Fontes socialistas não identificadas consideram que, por parte da UNITA, houve "uma tentativa de enxovalhamento", que teria consistido em "atrair Guterres à capital angolana para só aí cancelar um encontro que os dirigentes da UNITA interlocutores dos socialistas durante a preparação da visita deram sempre como assente" (PÚBLICO, 14 do corrente).

Pelo contrário, José Lamego, responsável socialista pelas relações internacionais, aceitou a inverosímil explicação apresentada pelo MPLA: "Foram-nos apresentados pedidos de desculpas formais e obviamente que nós lhes respondemos que não considerávamos isto nenhum incidente e que compreendíamos as descoordenações entre os serviços do MPLA e o protocolo da Presidência."

José Lamego "não assume o fracasso da deslocação" (sic). "Não considerámos, de início, estes dois encontros como fundamentais", declarou. "O que era importante foi feito, o que era protocolar não." A fórmula é feliz, mas não chega para apagar o desaire. Em política, as palavras são fundamentais, mas convém que, ao menos, pareçam ajustar-se aos acontecimentos a que se referem.

Não é, manifestamente, o caso.

2. Compreende-se assim que, nos distraídos barómetros políticos estivais, a cotação de António Guterres tenha descido.

Guterres não é um amador da política. Faz gala em afirmar o seu profissionalismo. As biografias prematuras que a imprensa lhe tem dedicado acentuam que trocou, após o 25 de Abril, o rumo de uma carreira técnica, previsivelmente brilhante, pelas incertezas da profissão política.

A política externa não será o talento principal do jovem líder socialista. Dirigente de formação técnica, Guterres reconhece-se mal nas "artes" dos negócios estrangeiros e da defesa, que constituíam o alfa e o ómega dos dirigentes políticos até à Segunda Guerra Mundial. Nisso se distingue do "pai fundador", Mário Soares.

Embora a política externa não constitua o ponto forte da sua sensibilidade política, António Guterres sabe avaliar a decisiva importância dessa dimensão da vida pública. Por isso rumou a Angola, por iniciativa própria, acompanhado do "jeune loup" José Lamego (seu presumível candidato a Durão Barroso).

A anulação das entrevistas com José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi é duplamente lamentável. Pelo lado do PS revela amadorismo e incompetência; pelo lado angolano, mostra, pelo menos, estreiteza de vistas. A viagem era de natureza partidária, mas o seu resultado negativo, quase humilhante, ultrapassa o âmbito meramente partidário. Obriga a uma reflexão mais geral acerca das relações luso-angolanas.

A atitude da UNITA teve, pelo menos, o mérito da frontalidade guerrilheira. Um elemento do partido de Savimbi foi a ponto de dizer: "Se nós ganharmos [as eleições], vamos cortar relações com Portugal durante três anos, só para vocês saberem como é!" ("O Jornal", 14 do corrente). Não é, possivelmente, para tomar à letra, mas revela o estilo da diplomacia ecológica da escola da Jamba.

O gesto do MPLA, menos frontal, dificilmente pode ser explicado por motivos "organizativos". A desculpa apresentada não convence ninguém. "No meio de tanta confusão" — sugere um comentarista —, "até parece que por ali andou a mãozinha de Cavaco. Ou, talvez melhor, a mão de Durão Barroso" (José Luís Ramos Pinheiro, "Semanário").

"A recusa de Guterres a uma excessiva colagem do MPLA" — admite um jornalista —, "poderá ter irritado os responsáveis daquele partido." O secretário-geral do PS, segundo a mesma fonte, "escusou-se a deslocar-se a Huíla, conforme constava do programa preparado pelo MPLA, com receio de que estivesse a aguardá-lo algum comício" (Filipe Luís, "O Jornal", 14 do corrente).

3. Desde a descolonização ao recente idílio cavaquista, as relações entre Lisboa e Luanda caracterizaram-se sempre pela proliferação de equívocos. Lembrem-se episódios do passado recente, como a caricata luta entre "lobbys" de intelectuais portuguesas pró-UNITA e pró-MPLA.

De então para cá, nada se alterou substancialmente. Ao que dizem os jornais, existem mesmo figuras políticas que gozam do estatuto de dupla filiação partidária — PS-UNITA ou PS-MPLA —, o que lhes permite aspirar ao lugar de interlocutores privilegiados ou de medianeiros nas aproximações entre os partidos a que generosamente dão o seu contributo.

A complexa teia e duplas militâncias prejudica a transparência no relacionamento entre Portugal e Angola ao nível do Estado, dos partidos ou de outras instâncias. Mas a possível influência do "longo braço" cavaquista em Luanda constitui uma hipótese mais inquietante. Porque, a confirmar-se, significaria que as afinidades electivas entre José Eduardo dos Santos e Cavaco Silva se prolongam em solidariedades militantes ou, mais cruamente, que a cooperação económica e financeira entre Portugal e Angola se paga em favores diplomáticos com reflexos na política interna portuguesa.

Esta viagem mal sucedida obriga o PS a repensar a estratégia do seu secretário-geral. A multiplicação de "pseudo-acontecimentos", com o objectivo de responder taco-a-taco a todas e a cada uma das iniciativas governamentais, gera fenómenos de desgaste pouco favoráveis à imagem de António Guterres. Mas, o mais grave parece ser a tendência para um certo mimetismo face ao grande senhor de Portugal e dos Algarves.

O não-acontecimento angolano não pode ser lido apenas como a vingança póstuma de Rui Mateus (no tempo dele não aconteciam coisas destas, mas o secretário-

→

geral chamava-se Mário Soares). Constituí, também, um aviso sério para a "rentrée". Até porque o PS não pode passar a vida a mudar de secretário-geral como quem muda de camisa. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 24 AGOSTO 1992

Português raptado em Cabinda

O CIDADÃO português José Martinho da Silva foi raptado na quinta-feira no enclave de Cabinda, anunciou ontem o "Jornal de Angola". José Martinho da Silva trabalha por conta da empresa sul-africana de construção civil Murray and Robert e foi levado por desconhecidos na zona norte de Cabinda, em Landana.

O rapto foi atribuído à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Forças armadas de Cabinda (FLEC-FAC).

De acordo com informações veiculadas à Rádio Nacional de Angola, elementos da FLEC-FAC atacaram e incendiaram, na sexta-feira, um camião carregado de madeira. O incidente registou-se nas proximidades da capital do território e não há notícia de vítimas. ■

Pré-campanha em Angola

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 20 AGOSTO 1992

Savimbi tem novo aliado

O PARTIDO Social Democrático Angolano (PSDA) decidiu apoiar a candidatura de Jonas Savimbi às eleições presidenciais angolanas, retirando a candidatura do seu líder, André Kilandamoko. A decisão foi tomada na noite de terça-feira, depois de um encontro entre Savimbi e Kilandamoko, que ocorreu logo após uma entrevista deste à Televisão Popular de Angola.

Os dois políticos emitiram um comunicado, em que o apoio do PSDA ao presidente da UNITA é justificado pela necessidade de "garantir a vitória da oposição genuína" nas presidenciais de 29 e 30 de Setembro.

Kilandamoko, 57 anos, é um advogado oriundo da província nortenha do Zaire, onde é secretário-geral do Movimento de Acção Católica. É o segundo líder de um partido emergente a apoiar a candidatura de Jonas Savimbi, depois de Paulino Pinto João da Convenção Nacional Democrática de Angola.

Para a animação que a pré-campanha eleitoral angolana ganhou esta semana contribuiu ainda o anúncio da aliança entre os grupos políticos dissidentes da UNITA — o Fórum Democrático Angolano (FDA), constituído como partido, e a Tendência de Reflexão Democrática (TRD), dos cabindas N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes.

O acordo visa a apresentação de listas conjuntas às eleições legislativas de Setembro e foi assinado por Jorge Chikoti, presidente do FDA, e por Paulo Tchipilika, ex-dirigente da UNITA e membro da TRD.

Confrontos no Bié

Apesar de no plano político-partidário o cenário parece caminhar para a estabilidade, os confrontos entre elementos armados dos dois principais partidos (MPLA e UNITA) prosseguem um pouco por todo o país. Ontem, segundo a agência oficial Angop, uma coluna de cinco veículos transportando militares do exército governamental (FAPLA) foi atacada na província do Bié por dez membros da UNITA.

Segundo afirmações do Coronel Serafim Kiteculo, comandante da zona militar do Bié, à referida agência, dez soldados da UNITA munidos de armas do tipo "AKM" e "RPG-7" atacaram a última viatura da caravana, ferindo três oficiais e um soldado.

Estes incidentes, menos graves dos que ocorreram em Malange (norte do país) — com vários confrontos em Julho e Agosto entre militantes da UNITA e do MPLA, que provocaram 20 mortos e mais de 40 feridos —, têm aumentado as dificuldades da aplicação no terreno dos acordos de paz, assinados em Portugal no dia 31 de Maio de 1991.

A Comissão Conjunta Político-Militar, responsável pela aplicação dos acordos, mantém, todavia, a perspectiva de completar a desmobilização dos dois exércitos partidários até ao próximo dia 31 de Agosto. ■ **A.M.**

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 18 AGOSTO 1992

EUA ADVERTE LUANDA — A Administração norte-americana advertiu ontem o Governo de Luanda para que tome medidas no sentido de assegurar a neutralidade da polícia. "Acreditamos que a recém-criada polícia antimotim é a principal causa das tensões crescentes", afirmou o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher. "Nesta semanas críticas antes das eleições, o Governo tem de dar passos graduais para assegurar a neutralidade da polícia", acrescentou. Ontem, um comunicado da UNITA acusou também o Governo de ter transferido para a polícia 28 mil soldados recentemente desmobilizados.

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 19 AGOSTO 1992

SAVIMBI FORMA NOVAS COLIGAÇÕES — O líder da UNITA, Jonas Savimbi, anunciou ontem em entrevista à Rádio Renascença o estabelecimento de novas alianças com dois ou três pequenos partidos da oposição angolana que se afirmam dispostos a apoiar a sua candidatura à Presidência da República. O protocolo que formaliza as coligações terá sido assinado ontem à tarde, segundo declarações de Savimbi, que se escusou, no entanto, a anunciar os partidos em causa, embora se saiba já que a sua candidatura conta com o apoio do partido de Paulino Pinto João, ex-militante do MPLA. Na referida entrevista, o líder da UNITA mostrou-se favorável à proposta de José Eduardo dos Santos no sentido de obter a prorrogação dos mandatos da Unavem II.

Nova desistência a favor de Savimbi

PÚBLICO 21 AGOSTO 1992

O CANDIDATO do Partido Democrático para o Progresso e da Aliança Nacional Angolana às eleições presidenciais de Setembro, Mfulumpinga Landu Victor, desistiu a favor do presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola, Jonas Savimbi, noticiou ontem a agência Angop.

É o segundo candidato, entre os 13 oficialmente anunciados no princípio da semana pelo Supremo Tribunal, a desistir a favor do candidato da UNITA. O dirigente do Partido Social-Democrata de Angola, André Kilandamoko, anunciou na quarta-feira, em Luanda, a sua intenção em retirar-se da corrida à sucessão do Presidente José Eduardo dos Santos a favor de Savimbi.

A agência angolana noticiou, por outro lado, a morte de cinco pessoas e ferimentos noutras 15, no Sul do país, durante incidentes provocados por membros e militares da UNITA, estacionados na vila de Quilengues, quando membros do Movimento Popular para a Libertação de Angola (no poder) pretendiam realizar um comício. ■

Angolana vítima de tortura à beira da deportação

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 24 AGOSTO 1992

*Heather Mills**

Enquanto a crise de refugiados na ex-Jugoslávia faz centrar as atenções na política de asilo da Grã-Bretanha, os defensores dos direitos humanos dizem que essa política tem sido severamente aplicada contra outras nacionalidades. Como no caso de uma angolana vítima de tortura, cuja deportação foi suspensa por uma intervenção de última hora.

Primeiro, deu com o corpo da mãe, ensanguentado e prostrado, no chão de sua casa. Tinha sido alvejada no peito. Passados dois anos, Maria — nome fictício — enterrou o corpo maltratado, vítima de torturas, do marido, que morrera numa prisão angolana. Decorrido um ano — há apenas dez semanas —, foi feita prisioneira por soldados do MPLA, violada por quatro deles e repetidamente espancada.

Gravemente doente na sequência das agressões, foi levada para uma prisão militar, de onde conseguiu fazer passar para o exterior uma mensagem para amigos seus da Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC), na oposição. Estes conseguiram fazê-la evadir-se do hospital e arranjaram documentos falsos que lhe permitiram fugir de Angola com o filho, de 13 meses, para lugar seguro.

Partiu para Inglaterra, ao encontro do único parente vivo, sua irmã Rosa, que vive no Sul de Londres desde 1988. A 17 de Junho, com graves perturbações ainda resultantes das torturas, Maria e o filho chegaram a Gatwick, sem dinheiro e com pouco mais do que as roupas que traziam no corpo. Foram detidos quando tentavam registar um passaporte português, falso.

Embora, segundo os advogados chamados a intervir, Maria fosse autorizada a juntar-se à irmã por alguns dias, negaram-lhes, a ela e ao filho, autorização para entrar no país a procurar asilo, pelo que foram postos sob custódia durante cinco dias até à sua deportação.

Maria seria deportada sob o princípio da "expulsão de um país terceiro" — o que, segundo os advogados e grupos de assistência aos refugiados, foi persistentemente praticado no Reino Unido pelos funcionários da imigração durante os últimos dois anos.

O princípio prevê que o asilo deve ser procurado no primeiro país "seguro" a que o indivíduo chegar. Ao prosseguir viagem para qualquer outro sítio, arrisca-se a ser deportado — ainda que no "primeiro país" Maria e o filho apenas tenham estado escassas horas, para fazer escala. A mulher diz que passou cinco horas em França enquanto esperava o voo para Gatwick.

Total ausência de compaixão

A "expulsão de um país terceiro" foi salvaguardada pela Convenção de Dublin, assinada em 1990 pela Comunidade Europeia, mas não entrou em vigor, pois só foi ratificada pela Dinamarca e pela Grã-Bretanha. Apesar disso, o Gabinete da Administração Interna diz agir de acordo com o "espírito" da convenção, à luz da qual os funcionários da imigração inglesa decidiram reenviar Maria para França — mesmo sabendo que ela não tinha relações naquele país e estava nitidamente traumatizada.

"É preciso ser moralmente desequilibrado para não ver neste caso uma total ausência de compaixão", disse, em 14 de Agosto, David Burgess, o advogado da cidadã angolana, a quem, por uma questão de meia hora, evitou a deportação. "O problema é que existe um tal imperativo político para nos vermos livres dos refugiados que a opção do país terceiro prevalece e a compaixão está pura e simplesmente afastada", acrescentou.

"Parece que foi preciso existirem os refugiados da Jugoslávia para pôr isto a descoberto", concluiu, referindo-se à agitação desta semana em relação ao tratamento de potenciais refugiados da ex-Jugoslávia.

Maria está ainda traumatizada por tudo o que lhe aconteceu, ao ponto de, em casa da irmã, se sobressaltar quando observa uma cicatriz num braço. Os dois relatórios psiquiátricos obtidos por Burgess para convencer o GAI de que Maria precisa do apoio da irmã descrevem-na como "uma jovem gravemente traumatizada, deprimida e emocionalmente abalada, a quem a perspectiva de separação da única parente que lhe resta enche de desespero e de pensamentos de morte".

Os relatórios especificam o facto de Maria ter sido obrigada a assistir à tortura do marido e de ela própria ter sofrido maus tratos. Os psiquiatras concluíram que ela não era capaz de sobreviver por si, com o filho, em França.

Até ao dia 14 de Agosto, o Gabinete da Administração Interna ainda contestava a pretensão de Maria de permanecer com a irmã e procurava obter o seu próprio relatório psiquiátrico. Mas os funcionários do GAI hesitaram, entretanto, de ideias: Maria pode ficar e formular um pedido de asilo. ■

* exclusivo PÚBLICO/"The Independent"

Angola

Nova reunião cimeira

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 24 AGOSTO 1992

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos reúne-se hoje com Jonas Savimbi, a fim de assentarem a data da "extinção simultânea" do exército governamental (FAPLA) e do da UNITA (FALA). O anúncio foi feito por José Eduardo dos Santos, sábado, na cidade de Luena, durante um encontro com sobas que lhe expuseram a sua inquietação com o clima de intranquilidade criado na região pela proliferação de militares armados. Mas, "a extinção não vai ser de um dia para o outro", anotou o Presidente, citado pela *Lusa*.

O encontro dos dois líderes será precedido de conversações entre Savimbi e uma delegação governamental no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), para se "acertarem alguns problemas" prévios.

Segundo o Presidente angolano, a UNITA "tem medo de perder as eleições" e não tem "resposta" para os seus quadros políticos e militares nessa eventualidade. Note-se que a UNITA tem acusado o Governo de estar a enquadrar na polícia um elevado número dos seus soldados desmobilizados. Por outro lado, algumas afirmações de Savimbi, falando da "facção das FALA nas FAA", tem despertado nas outras forças políticas o receio da permanência dos exércitos partidários.

O Governo proporá à UNITA um plano para a inclusão dos "principais chefes militares" que fizeram a guerra pelos dois lados, nas FAA (Forças Armadas Angolanas, em processo de constituição) e "depois extinguiremos todas as outras forças", esclareceu o Presidente. E acrescentou que ambas as partes estão já a estudar a lista dos seus oficiais a integrar nas FAA, o que ajudaria a resolver o problema da proliferação de elementos armados no país. ■

PC pode afetar eleição em Angola

Norma Couri
Correspondente

LISBOA — As influências de PC Farias podem chegar a Angola e afetar a reeleição de José Eduardo dos Santos em 29 e 30 de setembro. A notícia de página inteira que o *Independente* publicou sexta-feira sob o título *Angollor* afirma que a equipe de brasileiros responsável pela campanha do presidente é liderada pelo advogado Paulo Jacinto Nascimento, "um dos homens de PC Farias".

Segundo o semanário, o marketing político angolano também custa muito dinheiro, só que neste caso os cheques fantasmas que financiam a campanha presidencial são parte dos 40 mil barris de petróleo destinados diariamente à Sacilda-OBC (Overseas Business Corporation). De acordo com o *Independente*, quem gerencia o petróleo é Nascimento. A OBC tem representação no Rio de Janeiro.

Se cada barril é vendido a US$ 16, o jornal conclui que Nascimento tem nas mãos US$ 640 mil por dia, US$ 19,2 milhões por ano.

A empresa que cuida da imagem do presidente José Eduardo dos Santos é a Propeg, Orion em Angola. O semanário português afirma que a Propeg pertence a Cláudio Vieira, ex-secretário do presidente Collor, e que quem levou Nascimento a José Eduardo dos Santos foi o próprio presidente brasileiro. Diz também que alguns setores do partido do presidente angolano, o MPLA, não vêem com bons olhos a influência de Nascimento.

Como a campanha de José Eduardo dos Santos vai de vento em popa, a paz permanece em Angola depois de mais de três décadas de guerra. Quase cinco milhões de angolanos já foram recenseados para as eleições de setembro — as primeiras da história desta ex-colônia portuguesa — e é possível que a fonte principal da reportagem do *Independente* tenha sido o partido de oposição, apoiado pelos Estados Unidos na luta contra o domínio marxista de Angola, o Unital.

O mesmo marketing político da Propeg que colocou o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, no poder e fabricou as camisetas de Collor criou uma campanha extremamente profissional para o presidente angolano com o slogan *Angola no coração* transformado em jingle pela música de Sá e Guarabira.

EXPRESSO, Sábado, 22 Agosto 1992

Angola suspensa de velhos medos

Gustavo Costa
em Luanda

A UMA semana do início do campanha eleitoral em Angola, a disputa partidária aquece e ambiente político e coincide com uma preocupante escalada de tensão em todo o país.

Num momento a aparente unidade de propaganda de José Eduardo dos Santos ou a estratégia de neutralização adotada entre a UNITA e a Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA), de Pinto João, o Partido Social-Democrata Angolano (PSDA), de André Kilandamoka, e o Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA), disfarçam o entusiasmo que as ruas de Luanda não conseguem esconder.

A rendição de candidatos daqueles partidos a favor do líder da UNITA parece a primeira resposta de Jonas Savimbi à ofensiva do Presidente, que nos últimos tempos tem conseguido alguns êxitos políticos em regiões de tradicional influência da UNITA.

Apesar de aguerridos comícios, das fabulosas despesas com diversos candidatos, da propaganda e das marchas partidárias estarem a agitar o quotidiano dos angolanos, a segurança interna é neste momento a principal preocupação da população.

A existência da Polícia de Emergência poderá causar, em vésperas das eleições, uma crise nunca precedentes no processo de paz angolano, admitiu ao EXPRESSO uma fonte da UNITA. A organização, que exige o acantonamento e o desmantelamento imediato da força estacionária, acusa este corpo da Polícia de Emergência de ser constituído por antigos elementos do Exército governamental e dos serviços de segurança do Estado, que estariam preparados para, em caso de derrota do MPLA, protagonizar um golpe de força em Setembro.

A prudência dos políticos...

Um observador do processo de paz disse neste semanário EXPRESSO que, embora num ao nível de cúpula das FAPLA (tropas governamentais) nem das FALA (forças da UNITA) existe predisposição para um regresso à guerra, Jonas Savimbi tem razão ao insistirem no prolongamento da permanência, além da data das eleições, das tropas da Unavem II em Angola.

Para a generalidade dos analistas, os meses de pré-campanha eleitoral possa acentuar a desconfiança entre os signatários dos Acordos de Bicesse.

Os casos de violência em Malanje e os ataques contra diversas instalações da Polícia, sejam como alegados autores do agudar da ordem pública por dirigentes da UNITA, indicam que velhos problemas ainda não permitem o aproximar das partes.

Além Malanje, no Moxico e noutras regiões do país, o clima de acusações mútuas entre o Governo e a UNITA parece condenado a manter-se se não forem tomadas medidas enérgicas, pois que não será de surpreender a intervenção de novas beligerâncias, alheias um observador da missão das Nações Unidas.

Os meios de comunicação de grave confrontos são justificados pela demora das partes em desmobilizar os respectivos exércitos. Uma fonte militar assegurou ao EXPRESSO que até à data das eleições continuarão a existir três soldados em cada dois lados existem forças apontadas as guerra.

... e as desordens dos militares

Neste momento, segundo a mesma fonte, são sobretudo problemas de ordem interna que afetam as Forças Armadas. Os soldados em qualquer dos lados, registando-se na parte das FAPLA uma debandada dos efectivos, enquanto na FALA têm abandonado os locais de acantonamento de forma crescente.

A situação poderá tornar-se ainda mais agudeira se for levado em conta que a formação do novo Exército está a ser cumprida apenas a 10 por cento, sendo os efectivos exclusivamente oriundos das tropas da UNITA porque nas FAPLA estão completamente desorganizadas e desmobilizadas, dizem os observadores das Nações Unidas.

A desordem dos soldados governamentais é grave, ao ponto, contam-se com dedos os batalhões cujos oficiais superiores têm quem o respeito à guerra.

Nesta semana, em Luanda, uma nova possibilidade de manter certos privilégios e de se envolverem em novas negociatas, amontoam-se as filas.

Do lado da UNITA, as apertadas motivações militares poderiam, de acordo com um diplomata acreditado em Luanda, estar sustentadas numa estratégia de força que assenta num facto de o Estado-Maior das FALA praticamente não se ter desmantelado e de terem sido indicados para as FAA oficiais de segunda e terceira categorias.

Até que cheiras de vez e custa para chegarem definitivamente a acordo quanto à extinção absolutismo dos dois exércitos, nada com ninguém pode garantir que novos e graves incidentes não venham a ocorrer.

PÚBLICO QUARTA FEIRA, 19 AGOSTO 1992

N'Zita Tiago poderá negociar com Luanda

O LÍDER da FLEC-FAC (facção armada da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), Henriques N'Zita Tiago, aceitou participar nas negociações com o Governo angolano para a paz no enclave — segundo autoridades tradicionais do antigo protectorado português que com ele conversaram em Paris, citadas pela rádio provincial de Cabinda.

De acordo com Hilário Dala Caho, um dos regedores que se deslocou à capital francesa, o entusiasmo de N'Zita Tiago passa pela garantia de que o Governo de Luanda "não faça chantagem e de que aceite o programa das negociações com transparência".

Recorde-se que esta facção guerrilheira — onde se destaca ainda Peso Bambi, secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC — se recusara a aceitar as negociações empreendidas nos últimos dias do mês de Junho pelo Governo angolano, nas quais participaram o fundador do movimento independentista de Cabinda, Ranque Franque, e representantes de várias facções da FLEC.

Também Tibúrcio Luemba, líder da FLEC-Renovada — uma das três facções armadas que combatem o poder angolano em Cabinda —, se recusou a aceitar as referidas negociações, afirmando na oportunidade que o Presidente José Eduardo dos Santos estava a dialogar "com indivíduos que ninguém conhece e que não representam o povo". Tibúrcio Luemba foi mesmo mais longe e reiterou, na oportunidade, o empenhamento da FLEC-Renovada no boicote das eleições legislativas e presidenciais dos próximos dias 29 e 30 de Setembro.

A confirmar-se a abertura ao diálogo por parte da facção de N'Zita Tiago, a FLEC-Renovada de Tibúrcio Luemba, 38 anos, o mais jovem dos líderes independentistas, poderá ficar isolada nas suas acções armadas de combate à soberania do Estado angolano no Enclave. ■ A.M.

PÚBLICO 21 AGOSTO 1992

ANGOLA: GOVERNO PORTUGUÊS EMPRESTA AVIÃO — Um C130 da Força Aérea Portuguesa estará na placa do aeroporto de Luanda a partir do mês de Setembro, apurou o PÚBLICO em Lisboa. A aeronave será utilizada no transporte dos militares angolanos para as novas unidades do recém-formado exército único e no apoio ao processo eleitoral. A sua utilização nestas operações foi recomendada pela missão portuguesa junto das estruturas de paz em Angola e aceite pelo ministro da Defesa, Fernando Nogueira.

Crianças são vítimas e instrumentos da guerra civil

Laurence Bartlett, em Xai-Xai*

Mais de 500 mil crianças moçambicanas já morreram, vítimas directas da guerra. Desse número, a maior parte foi morta pelos soldados do Exército ou da Renamo. Mas também há as que são recrutadas para, de armas na mão, matarem o inimigo.

Hortênsia, de 9 meses, ferida no pescoço por uma bala, e o seu irmão de quatro anos atingido no estômago por outra bala — dos rebeldes da Renamo — estão internados num hospital, vitimados pela guerra civil que devasta o país desde há 16 anos.

Dois dias depois de o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), Afonso Dhlakama, terem chegado a acordo, em Roma, quanto à assinatura de um cessar-fogo em Outubro próximo, os rebeldes fizeram mais uma surtida sangrenta em Chibuto, na província de Gaza, no Sul do país.

Hortênsia Mushanga e o seu irmão Júlio, acordados à pressa pela mãe a meio da noite e escondidos na escuridão, não escaparam aos rebeldes, que friamente dispararam sobre eles. Partilham agora a mesma cama do hospital, na capital provincial de Xai-Xai.

A mais alta taxa de mortalidade infantil

Na mesma enfermaria, encontra-se Salvador Alberto, de nove anos, que, estando na cama, foi apunhalado no ventre pelos rebeldes que haviam entrado de rompante em sua casa. Com a cara deformada pelos tiques nervosos, explica que a mãe o havia deixado sozinho para ir enterrar o irmão, morto pelos rebeldes.

As crianças de Moçambique estão entre as principais vítimas de 16 anos de guerra civil. A Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) calculou em cerca de 500 mil o número de crianças cuja morte foi provocada pela guerra — directa ou indirectamente — devido à quebra na produção alimentar ou à destruição das infra-estruturas sanitárias.

Moçambique tem, hoje, a taxa de mortalidade-infantil mais elevada do mundo, com cerca de um terço das suas crianças a não chegarem à idade de cinco anos.

Segundo responsáveis das Nações Unidas em Moçambique, outro aspecto desta guerra consiste no facto de haver milhares de crianças alistadas à força pelos rebeldes — muitas delas com apenas oito anos — a circularem com armas automáticas e a cometerem, por sua vez, atrocidades. "São muito perigosas", afirma Peter Simkin, representante do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Maputo.

— "São crianças assustadoras devido ao modo como foram brutalizadas."

Ao longo da guerra, circularam informações sobre os raptos de crianças levados a cabo pela Renamo nas aldeias que atacava. As crianças, integradas à força, eram treinadas para a guerra de forma particularmente desumana, sendo, por vezes, obrigadas a matar os próprios pais ou os amigos.

"Faziam muitas asneiras"

No mês passado, a Africa Watch (uma organização humanitária com sede nos Estados Unidos da América) referiu o caso de um rapaz vítima de rapto e forçado pela Renamo a passar à baioneta três outros seus companheiros porque "estes faziam muitas asneiras".

A idade média das crianças submetidas a treino militar pela Renamo no Sul do país era de onze anos e meio, ao passo que, no resto do país, era de treze e meio a catorze anos e meio. As crianças têm sido, muitas vezes, acusadas de mutilarem terrivelmente as suas vítimas (lábios, orelhas, nariz, seios e órgãos genitais), fazendo da guerra civil moçambicana uma das mais brutais do mundo.

Uma destas vítimas, Alfredo Sambo, de 30 anos, que trabalhava na construção de estradas, viu o seu pénis amputado. Internado no hospital de Xai-Xai, contou que, depois de ter sido capturado por um grupo da Renamo, dois rapazes de cerca de 15 anos o obrigaram a deitar-se no chão enquanto um terceiro o mutilava com uma faca.

Daniel O'Dell, representante da Unicef em Maputo, revelou à France Presse que havia apenas dois psicólogos a trabalharem nos esforços de reintegração destas crianças na sociedade, algumas das quais nem falar são capazes. Foi elaborado um programa de formação de professores a fim de os sensibilizar para as necessidades específicas das crianças traumatizadas pela guerra, mas, em certas províncias, vão à escola menos de 20 por cento das crianças em idade escolar. ■

*da France Presse

PÚBLICO SÁBADO, 22 AGOSTO 1992

GUINÉ EM BRUXELAS

— A Guiné-Bissau vai participar na Semana Cultural dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que decorrerá em Bruxelas de 8 a 14 de Setembro. Este acontecimento, organizado pela União Latina, em colaboração com a AIPEA - Fundação para a Cooperação entre os Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a Comunidade Europeia, terá exposições de pintura, fotografia, escultura e palestras. Durante três dias serão também expostas obras literárias em francês e português de autores dos PALOP nos diferentes géneros: poesia, conto e romance. "As Culturas Africanas dos PALOP" será o tema de um colóquio, que reunirá em Bruxelas os presidentes das Associações de Escritores dos Cinco Países lusófonos. A Guiné-Bissau faz-se representar pelo poeta Vasco Cabral, autor do livro "A Luta é a Minha Primavera". ■

À beira da fome

A SECA e a guerra conduziram Moçambique à beira da fome, segundo os responsáveis das Nações Unidas no Maputo. "No campo, a situação é desesperada. Se eles não acabarem com esta guerra, haverá aqui uma catástrofe terrível", afirmou Peter Simkin, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O PNUD estima em 3,1 milhões as pessoas que precisam urgentemente de ajuda alimentar, nas regiões controladas pelas forças governamentais. Milhares deles sobrevivem através duma alimentação feita à base de raízes, bagas, insectos e vermes.

Mas a situação é ainda pior nas regiões controladas pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), embora não se possa estimar o número de pessoas que precisam de ajuda nesta região.

Um responsável da Unicef, Daniel O' Dell, prevê que a "fome chegará depressa, como na Etiópia". "Já aí estão todos os sinais". Também o director do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, Mark Latham, afirma que a realidade ultrapassa largamente as estatísticas mais pessimistas. "Vemos os casos mais dramáticos, como uma vila inteira morta, porque não tinha água", e "um grande número de crianças quase a morrer".

Segundo os responsáveis da ONU, a ajuda que chega ao país poderia ser suficiente, neste momento, para alimentar a população, mas, devido a problemas de organização e de transporte, ela apenas chegará a uma pequena parte da população esfomeada. ■

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Nós, Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO,

Tendo-nos encontrado em Roma, na presença de S.E. Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbabwe; S.E. Emílio Colombo, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Itália; a representante de S.E. o Presidente da República do Botswana, Drª. Gaositwe Kaisara Tibe Chiepe, Ministro dos Negócios Estrangeiros, os mediadores do processo de paz, on. Mario Raffaelli, representante do Governo italiano e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, da Comunidade de S. Egídio; E;

Reconhecendo que:

O alcance da Paz, da Democracia, e da Unidade Nacional baseada na Reconciliação Nacional é o maior anseio e desejo de todo o povo moçambicano;

na prossecução desse objectivo, o processo de paz foi iniciado em Roma entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, assistidos pelos mediadores do Governo Italiano, da Comunidade de S. Egídio e da Igreja Católica de Moçambique;

importantes resultados foram conseguidos até agora, conforme ensaiplificado e demonstrado pela assinatura do Acordo de cessar-fogo parcial de 1 de Dezembro de 1990, e a adopção dos seguintes Protocolos e Acordos:

I. Agenda Acordada no dia 26 de Maio de 1991 e as emendas nela introduzidas pela Acta Acordada do dia 19 de Junho de 1992;

II. Protocolo nº 1 "Dos Princípios Fundamentais", assinado aos 18 de Outubro de 1991;

III. Protocolo nº II "Critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos" assinado aos 13 de Novembro de 1991;

IV. Protocolo nº III sobre os "Princípios da Lei Eleitoral", assinado aos 12 de Março de 1992;

V. Acta Acordada de 2 de Julho de 1992, para melhorar o funcionamento da COMIVE;

VI. Declaração sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinada aos 16 de Julho de 1992, E;

complementando estes esforços na busca de Paz, Democracia e Unidade Nacional baseada na Reconciliação em Moçambique, teve lugar um encontro em Gaberone, Botswana, aos 4 de Julho de 1992, entre S.E. Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbabwe, e S.E. Sir Ketumile Masire, Presidente da República do Botswana, dum lado, e o Senhor Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, doutro lado;

a seguir ao qual, o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, foi devidamente informado pelo Presidente do Zimbabwé aos 19 de Julho de 1992;

considerando que o Senhor Afonso Macacho Marceta Dhlakama declarou a sua disponibilidade em assinar um cessar-fogo imediato, caso fossem providenciadas certas garantias e segurança no que se refere tanto à sua segurança pessoal, como à dos seus membros, e à liberdade do seu partido de se organizar e fazer campanha sem interferências ou impedimentos;

considerando o seu pedido de garantias para permitir à RENAMO operar livremente como partido político depois da assinatura do Acordo Geral de Paz;

convencidos de que o sofrimento do povo moçambicano, resultante da guerra e agravado pelas consequências da pior seca de que há memória, exige a tomada de rápidas medidas para acabar com a guerra;

reconhecendo a necessidade do estabelecimento imediato da Paz em Moçambique;

reafirmando o compromisso do Governo da República de Moçambique e da RENAMO em acabar com as hostilidades em Moçambique;

determinados a fazer tudo aquilo que estiver em nosso poder para acabar o sofrimento resultante das consequências combinadas da guerra e da seca no nosso país;

apreciando o progresso alcançado nas negociações de paz de Roma entre as nossas respectivas delegações;

considerando o espírito do encontro de Gaberone de 4 de Julho de 1992;

nestes termos, comprometemo-nos ao seguinte:

I. Garantir as condições que permitam a completa liberdade política, de acordo com os princípios de democracia internacionalmente reconhecidos;

II. Garantir a segurança pessoal de todos os cidadãos moçambicanos e a todos os membros de partidos políticos;

III. Aceitar o papel da comunidade internacional, e particularmente das Nações Unidas, na fiscalização e garantia da implementação do Acordo Geral de Paz, em particular do cessar-fogo e do processo eleitoral;

IV. Respeitar plenamente os princípios contidos no Protocolo nº 1, nos termos dos quais "o Governo compromete-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabeleçam, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos Protocolos" e ainda que "a RENAMO compromete-se a não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz";

V. Salvaguardar os direitos políticos, clarificando que os princípios contidos no Protocolo nº 1 são válidos e também relacionados ao problema das garantias constitucionais, levantado pela RENAMO, e ilustrado no Documento apresentado ao Presidente Mugabe. Com este fim o Governo da República de Moçambique submeterá à Assembleia da República a adopção dos instrumentos legais incorporando os Protocolos e as garantias, assim como o Acordo Geral de Paz, na Lei moçambicana;

VI. Na base dos princípios acima enunciados e do nosso compromisso, como referido nesta Declaração Solene, nós, Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, mandatamos e damos instruções às nossas respectivas delegações participantes no processo de Paz em Roma para concluirem, até ao dia 1 de Outubro de 1992, os restantes Protocolos previstos na Agenda Acordada, permitindo assim a assinatura do Acordo Geral de Paz até essa data.

A assinatura do Acordo Geral de Paz e a respectiva adopção pela Assembleia da República, nos termos do previsto no parágrafo "V" da presente Declaração, determinarão a imediata entrada em vigor do cessar-fogo acordado no âmbito do Acordo Geral de Paz.

Moçambique: uma paz adiada

FINALMENTE, as penosas e longas conversações, os encontros sempre em desencontro, entre a Renamo e a Frelimo parecem ter conduzido a algo.

Para quem só atente no aparato e nos aspectos superficiais dos grandes acontecimentos, aquele abraço trocado entre os chefes das duas partes beligerantes poderá significar que rebentaram súbita e miraculosamente as cataratas do céu, inundando a terra ressequida de Moçambique e a boa vontade dos homens que nela lutam.

Mas os mais precavidos, os que conhecem mais profundamente estas coisas da guerra e da paz, os conluios e interesses que nelas estão envolvidos, não podem deixar de se sentir profundamente frustrados por constatar que, mais uma vez, aquele sofredor povo se encontra à mercê de contratos, resoluções e adiamentos que nada têm a ver com as suas verdadeiras e prementes necessidades.

Basta atentar em alguns detalhes dos últimos desenvolvimentos políticos em Moçambique para que tal se torne evidente: até 16 deste mês, a Renamo estava tão ansiosa pela paz como a Frelimo, pois, entre outras razões, os efeitos implacáveis da seca que actualmente flagela a África estavam a pôr em debandada não só os guerrilheiros que largavam as armas e fugiam à procura de alimentos, mas também as próprias populações das zonas por aí controladas, situação que, a prolongar-se, poderia ter causado consequências terríveis no seio da guerrilha.

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 21 AGOSTO 1992

Opinião

Domingos Arouca *

Vantagens para a Renamo

Acontece, no entanto, que, no dia 16 deste mês, a Renamo conseguiu obter um acordo com o Governo de Maputo, através do qual, entre outros privilégios, as zonas sob o seu controlo militar passariam igualmente a beneficiar das ajudas internacionais, o que lhe permitirá receber ajuda alimentar directamente dos países vizinhos. Com esse acordo, a Renamo ganha novo alento, indo até ao ponto de recusar as tréguas que Chissano lhe propôs, pois já não tem pressa de paz, precisando, pelo contrário, de tempo, mais tempo para se organizar em partido político que até à data nunca foi — o que, diga-se, não tem sido nada fácil, mesmo dispondo de 500 mil dólares, cerca de 60 mil contos, que a multinacional Lonhro colocou, para esse efeito, à sua disposição.

Embora o dinheiro seja muito importante em política, não consegue, porém, resolver alguns dos problemas mais prementes dos partidos, como sejam a falta de quadros qualificados e a própria aceitação popular, os dois maiores achaques da Renamo.

De qualquer modo, é inegável que a Renamo se encontrava numa posição política e militar mais confortável do que a do seu antagonista quando se reuniram em Roma. E será certamente com essa posição que se apresentará em Gaborone, em fins de Setembro próximo.

Para além de uma governação verdadeiramente catastrófica para o país levada a cabo pela Frelimo desde a independência, tem vindo a cometer o Presidente Chissano, mais recentemente, algumas imprudências políticas que, em nossa opinião, terão concorrido para enfraquecer a sua posição negocial, reforçando correlativamente a de Dlakhama. Uma das principais foi a de não ter conseguido "pacificar" as suas tropas, as quais frequentemente se amotinam fora e dentro dos quartéis, começando a fazer guerra em bandos por conta própria. Diga-se de passagem que o mesmo acontece nas fileiras da Renamo, o que significa que ninguém controla ninguém. E que nenhum dos partidos em conflito consegue, de facto, instaurar um clima de paz no território, por mais que o desejem estrangeiros e nacionais.

Contudo, porque as movimentações militares em África têm quase sempre desfechos imprevisíveis e dolorosos, isso obrigou Chissano a desviar as suas atenções dos trabalhos da cimeira de Roma para aspectos relacionados com o saneamento desses levantamentos castrenses, mesmo nas vésperas de tão importante reunião.

Foi também imprudência política declarar que as reivindicações apresentadas pela Renamo não eram desmedidas, o que encorajou o seu adversário a aumentá-las quantitativa e qualitativamente. Com a sua actuação pouco firme e a falta de controlo da situação interna, Chissano fez perceber a Dlakhama que estava ansioso por obter a paz, o que até seria meritório se o objectivo tivesse sido salvar o povo moçambicano e não apenas a "clique" dirigente da Frelimo. Não queria era regressar a Maputo de mãos vazias, ansiedade esta que foi imediatamente apreendida pelos seus antagonistas.

Mas que temia Chissano ao regressar a Maputo de mãos vazias? Ninguém ignora que a Frelimo sempre foi uma capoeira onde vários galos cantam de alto e se abicanham, mormente quando lhes querem roubar o milho.

No que respeita ao diálogo com a Renamo, alguns há que mutram a veleidade de ainda ganhar a guerra pelas armas, enquanto outros, embora concordando com o princípio das negociações em si, julgam que é cedo para tais iniciativas, por não estarem reunidas as condições para o efeito. Para neutralizar uns e outros, Chissano necessitava de exibir, à sua chegada a Maputo, qualquer prova de que o cessar-fogo iria ser assinado em breve.

E sê-lo-á, de facto, até 1 de Outubro próximo?

Não querendo nem desejando ser profeta da desgraça, havemos de convir que muitas e delicadas são as matérias a debater pelas duas delegações, as quais não conseguiram ser resolvidas ao longo dos dois anos de conversações. Será crediível que tais obstáculos possam ser superados agora em mês e meio? Pensamos que nenhuma das partes acredita nisso.

Obstáculos permanecem

Basta ler a recente Declaração Conjunta de Roma para se compreender o tom vago e indefinido que impera em todo este processo. Aquela declaração, delineada de um modo extremamente lato, não contempla nada especificamente — não garante nem assegura nada que diga substancialmente respeito a Moçambique e à realidade complexa de preparação de um cessar-fogo e suas repercussões no apaziguamento territorial —, nem sequer se trata de uma autêntica declaração de princípios. Mal redigida, no que se refere à própria estrutura e elaboração interna do documento também serviria para fazer cessar as hostilidades num futuro encontro no Peru ou no Sri-Lanka. Mais valia terem-se reportado, um pouco mais, ao que se fez em Angola em circunstâncias similares, tendo em conta, claro está, as necessárias diferenças específicas.

Por outro lado, sabe-se que a Frelimo e a Renamo juntas não têm maioria eleitoral, sobretudo por causa das inúmeras vítimas que provocaram com a sua guerra e com as violências que exerceram e exercem sobre as populações.

Existe a convicção generalizada de que o povo usará a única arma que possui, o voto, para punir severamente ambos os beligerantes. Chissano e Dlakhama possuem, infelizmente, só um elemento de semelhança com Gorbatchov: ambos têm algum prestígio no exterior e nenhum dentro do país.

Assim sendo, a Frelimo e a Renamo não encontram motivos suficientemente fortes para avançar mais depressa nos caminhos da paz, pelo que julgamos que não será ainda na próxima cimeira de Gaborone que o acordo definitivo de cessar-fogo será assinado, mesmo tendo em conta o enorme peso das pressões internacionais. E se for, isso poderá significar que tais pressões virão a pôr em causa a própria soberania nacional.

Oxalá estejamos enganados. ■

* presidente da Fumo (Frente Unida de Moçambique)

"Intentona ou inventona"?

O SEGUNDO dia do julgamento do general Sebastião Mabote, acusado de chefiar uma conspiração para derrubar o Governo de Joaquim Chissano, confirmou a falta de provas palpáveis contra o general e fez crescer a perplexidade dos moçambicanos.

"Intentona ou inventona", interrogava-se na sua edição de ontem o boletim independente "Media-FAX", publicado na capital moçambicana. A questão que agora se põe é saber se afinal houve ou não houve a tentativa de golpe de Estado em Junho de 1991.

Na primeira sessão do julgamento (ver PÚBLICO de ontem), a principal testemunha da acusação, o brigadeiro Manuel Manjinche, infiltrado no núcleo da conspiração pelos serviços de segurança militares, negara ter quaisquer provas da participação de Mabote.

Na sessão de ontem, o depoimento das testemunhas foi no mesmo sentido. O major Virgílio Vamuto, outro dos infiltrados, afirmou não ter tido qualquer contacto com o general no contexto do golpe. Admitiu que Mabote pertencesse ao primeiro núcleo que teria preparado a conspiração, mas que se teria retirado depois de ter sido chamado à atenção pelo ministro da Defesa.

Vamuto disse também que os golpistas não pretendiam atentar contra a vida do Presidente Chissano, mas sim forçá-lo a reintegrar ao cargo, numa alocução pela Rádio Moçambique em que apelaria à calma da população e do Exército.

Em contrapartida, teriam estabelecido uma lista de militares a fuzilar, entre eles o ministro da Defesa, Alberto Chipande, e o chefe do Estado-Maior General, Hama Thai.

Uma outra testemunha, coronel Leopardo Amos, não adiantou muitas novidades, tendo afirmado que foi recrutado por Boaventura Machel, irmão do antigo Presidente e que, com dois outros irmãos, é apresentado como o iniciador do movimento. Afirmou também não ter provas contra Mabote.

Anotam os observadores inúmeras contradições de facto entre os testemunhos, designadamente no referente ao modo como o golpe seria desencadeado.

Uma nota hilariante, que divertiu a assistência que enchia por completo a sala, aconteceu quando o major Vamuto afirmou que, dos quatro infiltrados da segurança militar, dois viriam a ocupar o comando supremo do movimento golpista, entre eles o então ministro do Interior coronel Manuel António (entretanto estranhamente libertado). O próprio Vamuto fora encarregado da segurança do grupo para evitar infiltrações...

Mabote é o único réu neste julgamento. Como é deputado, goza de prerrogativas especiais, e por isso é julgado no Supremo Tribunal, à parte dos restantes acusados. Na primeira sessão, além de proclamar a inocência, queixou-se da forma "humilhante" como foi detido (à noite em sua casa, por uma força chefiada por um alferes) e práticas de métodos de interrogatório "contrários à Constituição". ■

Teresa Lima, em Maputo

Julgamento de Mabote em Maputo PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 18 AGOSTO 1992

Golpe de teatro no tribunal

COM A SALA repleta de gente, começou ontem no Tribunal Supremo de Maputo o julgamento do coronel-general Sebastião Marcos Mabote, um dos líderes da alegada intentona para depor Joaquim Chissano, abortada há pouco mais de um ano. Logo no primeiro dia registou-se um golpe de teatro, quando a principal testemunha de acusação se recusou a incriminar o antigo vice-ministro da Defesa.

O brigadeiro Manuel Mandjindje, infiltrado pelos serviços de segurança no grupo golpista, surpreendeu o tribunal ao negar ter quaisquer provas contra Mabote: "Nunca falei com o general Mabote e não o conheço como membro do grupo conspirador". Mandjindje disse ter sido contactado por Boaventura Machel, irmão do antigo Presidente, para assumir a liderança do movimento. Mas, insistindo o tribunal em saber qual era a "anterior liderança", respondeu ter ouvido dizer que era Mabote, mas não tinha disso qualquer prova. Em contrapartida, incriminou alguns dos outros acusados.

Marcos Mabote declarara antes a sua inocência, logo após a leitura do auto da acusação, a qual afirma que a "conspiração" para derrubar o Governo de Maputo foi elaborada entre Outubro e Novembro de 1990, num encontro com dois irmãos do falecido Samora Moisés Machel, o primeiro Presidente de Moçambique.

O primeiro encontro entre os três ter-se-ia dado quando os irmãos Machel visitaram Mabote para lhe desejarem as boas-vindas aquando do seu regresso de Cuba, onde tinha estado para receber formação militar.

Sebastião Marcos Mabote ingressou na Frelimo nos primeiros anos de luta armada e foi vice-ministro da Defesa até 1986, altura em que seria destituído por Samora Machel.

O libelo acusatório

O auto da acusação afirma que a decisão do golpe de Estado teve como origem "a necessidade de se alterar a situação do país, dilacerado pela corrupção no Governo e nas Forças Armadas, tráfico de armas e de drogas, não recebimento de salários por parte dos soldados e desorganização generalizada no seio do Exército".

Para isso, os três teriam decidido criar um grupo mais amplo, recrutado essencialmente entre as camadas descontentes na sociedade civil e militar.

Nesse sentido, a acusação afirma que o general Mabote visitou o general José Moiane, na prisão, onde se encontrava detido a cumprir uma pena de prisão por assassinato da sua mulher, para lhe dar conta dos planos de conspiração.

A primeira data para o golpe de Estado seria o dia 7 de Abril de 1991, mas condições humanas e materiais ainda não reunidas terão levado ao adiamento da operação que seria mais tarde marcada para 28 de Junho, tendo sido abortado seis dias antes.

O grupo "conspirador", do qual se encontram detidas 14 pessoas, tinha definido vários alvos a ocupar, entre eles a Presidência da República, o Ministério da Defesa, o Estado-Maior General das Forças Armadas, a Rádio de Moçambique, o aeroporto internacional e o porto de Maputo. Teria sido igualmente acordado deter o Presidente da República, vários ministros, assim como alguns oficiais superiores do Exército. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO 21 AGOSTO 1992

Alimentos para Gaza

Está tudo a postos para alimentar as 50 mil pessoas atingidas pela fome na província de Gaza, no Sul de Moçambique — diz uma publicação divulgada ontem em Genebra sobre a situação de seca na África Austral. Ailsa Holloway, delegada regional para o problema das catástrofes, afirmou que "o armazenamento está organizado, os centros de distribuição preparados e os voluntários formados" — segundo um documento da Federação Internacional das Sociedades do Crescente Vermelho. Esta publicação acrescenta que já se encontram em Moçambique 95 mil toneladas de milho e que se espera um carregamento de mais de 165 mil. ■

Êxodo moçambicano

PÚBLICO
30 AGOSTO 1992

ESFOMEADOS, cobertos de farrapos ou simplesmente de um saco, homens, mulheres e crianças ficam espantados o administrador do distrito, que lhes diz que a guerra vai acabar em breve. O pequeno grupo acaba mesmo de chegar a Mopeia, capital da província da Zambézia, no Norte de Moçambique, depois de ter caminhado durante dias para escapar aos rebeldes, à seca e à fome, tal como o fizeram, antes dele, milhares de pessoas.

Ignoram que, no dia 7 de Agosto último, o Presidente Joaquim Chissano e o dirigente da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo, a oposição armada), Afonso Dhlakama, se comprometeram, em Roma, a assinar um cessar-fogo antes de 1 de Outubro, pondo assim termo a uma guerra civil de 16 anos. A maior parte dos homens, mulheres e crianças que, amedrontados, se encostam uns aos outros no centro de recepção de Mopeia, antes desta nunca tinham visto nenhuma cidade, por muito pequena e também devastada que estivesse, durante os sete anos que passaram sob o controlo dos rebeldes.

Não tinham nenhum contacto com o mundo exterior e ninguém lhes dissera ainda que o pesadelo daquela guerra civil, descrita num relatório do Departamento de Estado norte-americano como "um dos holocaustos mais cruéis jamais perpetrados contra seres humanos depois da Segunda Guerra Mundial" tinha chegado ao fim.

Fugiram de sua aldeia quando a seca que varre a África Austral fez cair sobre os rebeldes e sobre as populações por eles controladas a ameaça da fome e da morte — contam aos jornalistas, que foram ao local com um grupo de responsáveis da ONU e do Governo e dos membros da organização Médicos Sem Fronteiras.

Os representantes das Nações Unidas são de opinião de que a seca desempenhou um papel primordial na aceleração das negociações de paz, que se arrastavam desde há dois anos em Roma, antes do primeiro encontro entre Chissano e Dhlakama.

Ninguém sobre quem governar

"Creio que a Renamo começou a tomar consciência da gravidade da situação e do facto de que, se não fizesse muito rapidamente um acordo de paz, em breve deixaria de ter alguém sobre quem governar nas zonas que controla", declarou, no Maputo, à France Presse, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Peter Simkin.

Algumas informações dizem que centenas de combatentes da Renamo, não encontrando nada para comer, se dirigiram para as regiões do país controladas pelo Governo e depuseram as armas. Têm estado a ser enviados para as suas regiões de origem sem serem presos e a população não exerceu nenhuma acção de represálias sobre eles, acrescentou Peter Simkin. Para ele, esta atitude é explicada pelo facto de muitos combatentes da Renamo terem sido mobilizados à força.

Em Morrumbala — outra pequena cidade da Zambézia, uma das mais duramente atingidas pela guerra — a situação é a mesma que em Mopeia. Mas, neste caso, os recém-chegados que fugiram da fome puderam tomar conhecimento do projecto de cessar-fogo. Desfigurados e cobertos de farrapos, reagruparam-se em frente das suas cabanas feitas de ramos, construídas à pressa, para dançarem e cantarem em honra da paz próxima diante dos visitantes. Dizem que o seu único objectivo é voltar à sua terra para recomeçar a cultivar as terras e rejeitam qualquer ideia de vingança contra a Renamo.

Em Nicoadala, perto da capital da província de Quelimane, onde um campo de trânsito recebe 1500 pessoas que fugiram da guerra, a atitude é a mesma. Os refugiados contam o que sofreram: "Os homens da Renamo vieram, incendiaram as nossas casas, mataram as crianças e violaram. Se nos recusávamos a dar-lhes comida, eles cortavam-nos as orelhas ou os braços."

Mas também eles rejeitam qualquer ideia de vingança: "Já sofremos muito. Quando a guerra acabar, viveremos todos juntos. As brutalidades devem ser esquecidas."

Os representantes da ONU vêem aqui um sinal de esperança para o futuro deste país, que a guerra transformou num dos mais pobres do planeta, com a economia e as infra-estruturas em ruínas, e milhões de pessoas para quem a ajuda alimentar é a única possibilidade de sobrevivência.

A organização de defesa dos direitos do homem África Watch, com sede nos Estados Unidos, pediu num relatório do mês passado o julgamento dos culpados "por atentarem contra os direitos do homem" durante a guerra, seja de que lado for.

Mas, depois de um conflito que, em grande medida, foi provocado pelos governos de minoria branca — antes de mais, na Rodésia, depois na África do Sul — a fim de desestabilizarem o regime de Moçambique, então marxista, a maior parte das pessoas, que se viram envolvidas nesta guerra contra a sua vontade, querem muito simplesmente a paz.

Em 1989, o Governo abandonou oficialmente o marxismo e introduziu o multipartidarismo. Mas, por agora, a guerra continua, uma vez que a Renamo se recusou a assinar um cessar-fogo imediato em Roma, pedindo que, antes disso, sejam adoptadas, pelo Parlamento, garantias constitucionais. ■

Lawrence Bartlett, da France Presse

22 AGOSTO 1992 PÚBLICO

Ex-soldados ameaçam

ANTIGOS guerrilheiros da Frelimo ameaçam cortar o abastecimento de água à cidade moçambicana de Quelimane se não lhes forem pagos até ao dia 25 dez meses de soldos atrasados, foi ontem anunciado na capital da província da Zambézia. Numa carta enviada há uma semana ao governador da província, os antigos combatentes ameaçam ainda bloquear pela força o trânsito rodoviário entre Quelimane e zonas do interior da província por onde são escoadas as ajudas de emergência. Em Roma, o Governo moçambicano e a Renamo reactivaram formalmente as conversações de paz, com um encontro restrito entre os chefes das duas delegações. Trata-se da primeira reunião directa entre as duas partes desde a cimeira entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 24 AGOSTO 1992

Sinais de renovação esperanças de paz

*Lawrence Bartlett**
em Maputo

Apesar do arrastamento das negociações de paz, do desespero das populações e de sinais de desagregação, como os motins de soldados, Moçambique tem ainda uma hipótese de recuperação. Mas tudo passa pelo fim da guerra.

Um elegante velho hotel colonial, reduto lendário de espiões durante a II Guerra Mundial, tornou-se o símbolo da esperança económica em Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, onde o fim da guerra civil parece estar mais próximo.

A remodelação do Hotel Polana, em Maputo, custou um total de 16 milhões de dólares, o que representa o maior investimento da África do Sul em Moçambique desde a sua independência, em 1975.

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o dirigente sul-africano Frederik De Klerk assistiram em Julho à reinauguração oficial do hotel, marcando assim o início de uma era de relações entre os dois antigos países rivais.

Moçambique acusou sempre a África do Sul de apoiar os rebeldes da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), na origem da guerra civil que devasta o país há 16 anos.

Hoje, Moçambique abandonou o marxismo e a África do Sul volta as costas ao apartheid. O Presidente moçambicano Chissano e o dirigente da Renamo, Afonso Dlakhama, comprometeram-se em Roma, no passado dia 7 de Agosto, a assinar um cessar-fogo antes de Outubro.

A presença nas conversações de Roma de "Tiny" Rowland, dirigente da multinacional "Lonrho", que possui numerosos interesses em Moçambique, testemunha bem a jogada económica representada pelo processo de paz.

"Reconstruir um país que é o mais pobre do mundo é, evidentemente, um projecto a muito longo prazo e cujo suces-

→

ão assenta na boa vontade internacional", declarou o representante permanente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas em Moçambique, Peter Simkin.

Mas, segundo ele, em caso de paz global e de a actual seca acabar em breve, o país poderia conseguir em dois anos a auto-suficiência alimentar. Os investimentos estrangeiros serão essenciais para a recuperação económica, mas os responsáveis ocidentais queixam-se da burocracia que torna tudo mais difícil, mesmo com uma política oficial de tentar atrair os investidores estrangeiros.

Maputo renovada

Mas há quem tenha êxito. Com a "joint-venture" do Polana entre o Governo moçambicano e um grupo da África do Sul, é de novo uma estranha dupla que se encontra à frente deste hotel. O Polana acolheu durante a II Guerra Mundial espiões dos dois lados que, apesar disso, faziam um bom trabalho, vigiando as actividades marítimas do que era então um território neutro português.

Do terraço do Polana, de onde se vislumbra — através da folhagem das palmeiras de 20 metros — o canal de Moçambique, ouvem-se novamente os afrikaans, tal como antes da independência, quando o país era a Meca dos veraneantes sul-africanos.

Nos restaurantes, vinhos estrangeiros acompanham as famosas gambas de Moçambique, enquanto à beira das piscinas jactos de água regam impecáveis relvados verdes, num contraste chocante com a guerra, a fome e a seca que devastam os campos no exterior de Maputo.

Os responsáveis das Nações Unidas descrevem a capital de Moçambique como uma verdadeira cidade. Neste últimos anos, após um período de declínio em que os cafés já não tinham café e as lojas já não tinham mercadorias, a cidade ressuscita pouco a pouco.

Hoje, as ruas foram repavimentadas, novos edifícios são construídos e os antigos pintados de fresco, enquanto as lojas se enchem de bens importados.

Interior devastado

Mas, fora da capital, especialmente nas regiões duramente atingidas pela guerra civil, como a Zambézia, as ruas estão intransitáveis, as pontes destruídas e os prédios pilhados e queimados.

Um milhão e meio de pessoas refugiaram-se nos países vizinhos para fugir à guerra e à fome. Milhares de outras erram pelo país. Apenas um quinto das terras aráveis são cultivadas.

O Governo adoptou em 1987 um programa de "ajustamento estrutural" proposto pelo Banco Mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou cinco por cento nos dois anos posteriores à adopção do plano, quatro por cento em 1989, e estagnou em 1990, calculando-se um resultado semelhante para 1991.

Segundo os responsáveis da ONU, o país não poderá renascer das cinzas se não houver paz. Os moçambicanos estão tão cansados da guerra que talvez a paz esteja, finalmente, ao seu alcance. ■

*enviado especial da AFP

Chega a vontade de Chissano e Dhlakama?

ATÉ QUE ponto a vontade dos dirigentes políticos conseguirá controlar o processo moçambicano? Eis a grande dúvida que paira sobre as conversações de Roma. O abraço de Chissano e Dhlakama terá força bastante para assegurar a pacificação do país daqui a seis semanas? Ou o "imbróglio" de Moçambique tenderá a arrastar-se, mesmo que seja sincera a determinação dos líderes?

As trabalhosas negociações na Comunidade de Santo Egídio mais não fazem do que espelhar a complexidade da trama que dizimou um povo e destruiu um país. Complexidade externa, com demasiadas interferências, complexidade interna, com rupturas inimagináveis nos equilíbrios de uma sociedade.

Primeiro, a complexidade das interferências externas. Nunca foi satisfatório o simplismo daqueles que interpretavam a conflitualidade na região como epifenómeno da confrontação entre blocos. O fim da guerra fria aí está para demonstrar que era uma visão redutora. As guerras locais perduram, apesar da distensão. Desde o Afeganistão até ao Perú.

Todavia, as influências internacionais pesam gravemente sobre Moçambique, limitando a margem de manobra interna. Está à disposição um "menu" para todos os gostos. No apoio à Renamo situam-se tanto regimes árabes desejosos de expandir o islamismo, como o círculo que rodeia o poder no Malawi, ou os portuguesíssimos serviços militares de informação. A Frelimo conta com o apoio interessado do Zimbabwe, mais do que a generalidade da Linha da Frente, sem que se possa subestimar o papel da Inglaterra, numa zona de tradicional presença.

Mais do que isso, é visível a conexão entre a estabilidade de Moçambique e a do conjunto da África Austral. A simultaneidade no tempo das negociações em curso sobre Angola, Moçambique e África do Sul não é mera coincidência. Exprime antes que o futuro dos dois países lusófonos, sem prejuízo das suas especificidades, também se joga na negociação entre De Klerk e Mandela. O arrastamento a que se assiste terá seguramente a ver com essa conexão. E não se pense que um futuro governo da maioria negra em Pretória venha a estabelecer o paraíso nas relações de boa vizinhança.

Acresce ainda que Moçambique partilha uma contradição gritante com tantos outros países do hemisfério sul. A lógica da economia de mercado internacionalizou-se, globalizou-se, por vezes à custa de liquidar violentamente as economias pré-capitalistas.

Só que, nesta conjuntura, ao integrá-las, também as marginalizou. As periferias do sistema estão, a um tempo, mais absorvidas e mais abandonadas. É esta actual dinâmica de vastas zonas, designadamente em África e na América Latina, [illegible] do chamado "ajustamento estrutural", reforça a integração no mercado mundial e cria as condições para um capitalismo selvagem. Mas os custos sociais estão à vista.

Este aspecto remete-nos para o segundo ponto, que é o da complexidade interna do processo moçambicano. O previsto cessar-fogo pode não significar uma automática pacificação. Aí é caso de Moçambique ser distinto de Angola, onde se defrontaram praticamente dois exércitos regulares, para além da complicação adicional de Cabinda. Em Moçambique, a violência generalizou-se e ela não é facilmente controlável pelas cadeias de comando de ambos os lados. O fenómeno do "banditismo armado", durante anos atribuído oficialmente à Renamo, não é exclusivo desta e prolifera de modo anárquico no país. O estado de penúria e de desregulação transformou a violência em instrumento de sobrevivência.

Nesta conflitualidade está também presente um elemento de rivalidade entre comunidades tradicionais. Negados na sua própria existência, rejeitados pela sua identificação sumária com o obscurantismo, os particularismos étnicos subsistem, tanto mais quanto as estruturas do Estado se fragilizaram. Em Moçambique, a questão nacional é um problema em aberto.

Como o são as questões do desmantelamento das formas tradicionais de agricultura familiar, da destruição das infra-estruturas do país, dos milhões de deslocados, do gigantismo artificial de Maputo, da desmoralização dos quadros, da geração de crianças afectadas pelo medo e a subnutrição.

O panorama sombrio não consente qualquer ingenuidade, antes exige determinação e lucidez. O povo de Moçambique terá de refazer a sua integridade, retomar o cultivo das suas machambas, reconstruir o seu Estado, constituir as suas Forças Armadas nacionais e tantas outras coisas. Ele merece que a cooperação internacional se dirija prioritariamente às suas necessidades, para além da cobiça pela importância estratégica do Corredor da Beira, pela fertilidade dos campos do Vale do Limpopo ou pelas riquezas do subsolo no Vale de Zambeze. ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 6 AGOSTO 1992



O DESALENTO da senhora justifica-se: perdeu o processo que colocou à cadeia de televisão britânica Chanel Four por difamação, vai ter de pagar as custas judiciais, 300 mil libras (mais de 72 mil contos) e, ainda por cima, os pormenores mais ínfimos da sua vida sexual foram relatados em tribunal. Decidia-se se a jornalista sul-africana Jani Allan, de 41 anos, tinha mantido ou não um "affair" com o radical barbudo da extrema-direita sul-africana, Eugene Terre Blanche, entre 1988 e 1989. O Chanel Four, no programa "O líder, o seu motorista, e a mulher dele", sugeria que sim. Jani Allan resolveu defender-se, garantiu que era uma celibatária, definiu Terre Blanche como "repulsivo" e processou a cadeia de televisão. Mas, ao fim de 13 dias de julgamento, o veredicto saído do tribunal de Londres foi contra ela. A ajudar, a descoberta de cassetes onde se ouve a voz de Terre Blanche a dizer "querida rapariga" e do diário da jornalista onde relata os seus encontros escaldantes com um piloto. ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 19 AGOSTO 1992

África do Sul

Governo aceita observadores da ONU

O GOVERNO de Pretória aceitou ontem a decisão do Conselho de Segurança que prevê o envio para a África do Sul de observadores permanentes das Nações Unidas com o objectivo de reforçar os mecanismos ligados ao Acordo Nacional de Paz.

O envio destes observadores era uma das exigências feitas há vários meses pelo Congresso Nacional Africano (ANC), mas até agora o Governo do Presidente Frederik De Klerk tinha-se mostrado relutante em o aceitar. Ontem, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, declarou à Imprensa que o Executivo "não tem qualquer objecção de princípio, desde que o número [de observadores] seja razoável e que estes trabalhem em estreita associação com as estruturas internas do país".

Segundo "Pik", a resolução apresentada pelo secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, recomenda que o número de observadores seja de trinta, mas o Governo está disposto a aceitar um número superior. O ANC pretendia pelo menos 400 observadores para acompanhar o processo que visa pôr fim à violência nos ghettos negros.

A Organização de Unidade Africana (OUA), a Comunidade Europeia e outras instâncias internacionais foram convidadas pelo Conselho de Segurança da ONU a enviar os seus próprios observadores para a África do Sul, em coordenação com os das Nações Unidas. A Commonwealth (Comunidade Britânica) anunciou já que está a organizar uma equipa de doze observadores, que deverá partir para o território sul-africano no final de Setembro.

A resolução aprovada pelo Conselho de Segurança prevê ainda a realização de uma série de inquéritos sobre o funcionamento e actividades do Exército, da polícia e de todos os movimentos armados, nomeadamente o MK, braço armado do ANC. Para além disso, aconselha a libertação de *todos* os prisioneiros políticos ainda detidos na África do Sul. ■

África do Sul

Secretismo rodeia conversações

O GOVERNO de Pretória e o Congresso Nacional Africano (ANC) decidiram ontem iniciar "discussões exploratórias" para voltar a pôr em marcha as negociações sobre o futuro do país.

Não foi tornada pública a agenda da reunião (cujo local foi mantido secreto) entre o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, e o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer. Os dois homens já se tinham encontrado no início do mês "por iniciativa do Governo", segundo anunciara na altura o ANC.

No entanto, referindo-se a este primeiro encontro, a direcção do movimento de Nelson Mandela considerara não ter havido "nenhum movimento visível do Governo para responder às reivindicações do ANC" e declarara recusar "qualquer novo encontro com o Governo".

As reivindicações feitas pelo movimento estão contidas num memorando de 14 pontos, tornado público no passado dia 23 de Junho. Ontem, antes do encontro entre Ramaphosa e Meyer, tanto o Governo como o ANC declararam que as conversações se centrariam nos "passos que devem ser dados relativamente às questões levantadas num memorando trocado anteriormente" entre os dois lados.

Tanto o porta-voz do ANC Carl Niehaus, como o seu colega do Governo Jaak Bothef publicamente que esta reunião não está relacionada com as declarações feitas na quinta-feira por Frederik de Klerk. O Presidente declarara que as conversações sobre o fim do "apartheid" e a transição do país para um Governo multirracial deveriam continuar, dando a entender que não estaria disposto a "esperar" pelo ANC para retomar as negociações com os vários movimentos representativos da maioria negra.

De Klerk aproveitou a ocasião para convocar para a primeira metade do próximo mês de Setembro uma reunião entre os movimentos envolvidos na Codesa (Convenção para uma África do Sul Democrática). "Vamos centrar-nos em concertos como um forte governo regional, a que alguns preferem chamar federalismo", declarou. Para o chefe de Estado sul-africano, este "forte governo regional" é uma "absoluta necessidade". Para o ANC, pelo contrário, o importante é reforçar o governo central.

As negociações entre o Governo de De Klerk e o movimento de Nelson Mandela para a elaboração de uma Constituição multi-racial foram interrompidas na sequência do massacre de Boipatong, a 17 de Junho, no qual morreram pelo menos 43 negros.

A questão central da violência

O ANC acusa o Executivo de cumplicidade na violência que claramente explode entre os grupos negros rivais e de responsabilidade, nomeadamente, pelo massacre de Boipatong.

Uma das condições exigidas pelo movimento no referido memorando prende-se precisamente com a necessidade de o Governo tomar medidas urgentes para pôr termo à violência nos "ghettos" negros. Ontem um porta-voz da polícia anunciou que os agentes de segurança passarão a contar com o apoio do Exército para dominar a violência nos subúrbios negros.

No início de Agosto, tanto De Klerk como Mandela fizeram declarações optimistas, dando mesmo de que entrava a registar-se uma aproximação. No entanto, dizem os analistas, os elementos da ala mais radical do ANC estão a pressionar a direcção do movimento para que esta continue afastada das conversações. Aliás, no discurso que proferiu quinta-feira, De Klerk afastou-se também do tom parcimonioso, referindo-se aos "elementos extremistas e comunistas" dentro do ANC. "Não queremos ter grandes e lutas de massas", declarou o chefe de Estado, numa alusão à campanha de greves e agitação pública lançada por Mandela para tentar derrubar o Governo.

Apesar das tensões, na quinta-feira Pik Botha, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de minoria branca foi aplaudido por apoiantes mesmo aquele que foi o seu primeiro comício político num bairro não branco. A cena contrastou estridentemente com uma visita relâmpago efectuada por De Klerk a um bairro negro, do qual foi expulso pelos habitantes, que lhe bateram no carro, gritando "Fora! Fora!".

Dirigindo-se aos habitantes de Reiger Park, Botha declarou que o Partido Nacional, no qual pertence, virá maioritário quando se realizarem as primeiras eleições multi-raciais na África do Sul. ■